

Voto de Condenação

Pelo assalto à Flotilha Madleen e os crimes de guerra em Gaza

No dia 10 de junho de 2025, a Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, apresentou um relatório em que acusa o Estado de Israel de cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade, incluindo o crime de extermínio, durante a sua ofensiva militar em Gaza. O relatório denuncia ataques sistemáticos a escolas, locais religiosos e culturais, bem como a destruição deliberada de infraestruturas civis essenciais à sobrevivência da população palestina.

Estes factos ocorrem num contexto de agravamento da crise humanitária em Gaza, onde milhões de pessoas vivem sob bloqueio, sem acesso adequado a alimentos, água potável, cuidados de saúde e abrigo. A comunidade internacional tem vindo a denunciar a impunidade com que Israel viola o direito internacional humanitário e os direitos humanos fundamentais do povo palestino.

No dia 9 de junho, o navio Madleen, parte da Flotilha da Liberdade, que transportava ajuda humanitária e ativistas internacionais com destino a Gaza, foi assaltado por tropas israelitas em águas internacionais. Os ativistas foram detidos, os seus equipamentos confiscados e o barco desviado para território israelita. Esta ação constitui uma violação grave do direito internacional marítimo e dos princípios fundamentais da solidariedade humanitária.

Em resposta, centenas de pessoas manifestaram-se em frente à Assembleia da República, em Lisboa, exigindo a libertação dos ativistas e o fim do bloqueio a Gaza. A manifestação, pacífica e determinada, expressou a solidariedade do povo português com a causa palestina e a defesa do direito internacional.

Lisboa foi o primeiro município português a instar o Governo a reconhecer oficialmente o Estado da Palestina (Moção 19/CM/2024, aprovado com os votos contra dos Novos Tempos), afirmando o seu compromisso com a justiça internacional, a autodeterminação dos povos e a paz duradoura no Médio Oriente. Esse compromisso mantém-se atual e necessário.

Assim, perante o exposto, propomos que a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária no dia 27 de junho, delibere:

1. Condenar veementemente o assalto ao navio Madleen e a detenção arbitrária dos seus tripulantes por parte das forças armadas israelitas, em violação do direito internacional.
2. Condenar os crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por Israel em Gaza, conforme denunciado pela Comissão de Inquérito da ONU.
3. Saudar a manifestação realizada em Lisboa no dia 9 de junho, reconhecendo o papel da sociedade civil na defesa da paz, da justiça e dos direitos humanos.
4. Afirmar o compromisso da Assembleia Municipal de Setúbal com a solidariedade internacional, com a defesa do direito à autodeterminação do povo palestino e com o respeito pelo direito internacional humanitário.
5. Instar o Governo a condenar publicamente as ações de Israel em Gaza, em conformidade com o direito internacional e com os princípios da Carta das Nações Unidas.

Setúbal, 27 de junho de 2025

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

